



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA- IP  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS  
HUMANOS, NO CONTEXTO DA  
DIVERSIDADE CULTURAL – EEDH**

**FILAS DE MENINOS E MENINAS: O DISCURSO SE REPETE**

**DEBORA DA SILVA FERREIRA**

**BRASÍLIA/DF**

**2015**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –UNB  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA- IP  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS  
DIREITOS HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE  
CULTURAL – EEDH**

**DEBORA DA SILVA FERREIRA**

**FILAS DE MENINOS E MENINAS: O DISCURSO SE REPETE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade de Brasília  
(UnB) como requisito para obtenção do  
grau de Especialista em Educação em e  
para os direitos humanos no contexto da  
diversidade – EEDH

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Regina Lúcia Sucupira Pedroza**

**Brasília/DF**

**2015**

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
OBJETIVOS.....	5
JUSTIFICATIVAS.....	6
METODOLOGIA.....	6
REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
I - A ESCOLA.....	8
II - GÊNERO NA EDUCAÇÃO.....	12
III - EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
IV - EDUCAÇÃO INFANTIL E DIREITOS HUMANOS.....	17
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

## INTRODUÇÃO

A infância é o primeiro degrau da constituição do sujeito em termos de experiências vividas. Tudo que é apresentado a essa criança nos primeiros anos de vida marcará as características desse ser humano. Mas é sabido que, ao chegarem à educação infantil, as crianças não estão zeradas de informações. Elas já trazem questões da sua vivência na sociedade. Nenhuma criança é totalmente nula de valores, informações e comportamentos.

As ações das criança são constituídas por diversos discursos de diferentes instituições como a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação. E são essas instituições que moldam as formas como essas crianças se relacionarão com o mundo que estão inseridas. Por meio de discursos internalizados, essas crianças quase sempre reproduzem o que se passa em casa, na família, na rua.

Quando se observa uma escola de educação infantil é possível perceber o comportamento dessas crianças por meio de falas, gestos, atitudes, desenhos e, principalmente, brincadeiras. Muitas vezes, essas brincadeiras revelam como essas crianças estão recebendo informações a respeito do mundo.

Segundo Cáceres, uma articulação possível e necessária, aponta que:

A escola pode ser um lugar onde as pessoas aprendem, criam e se tornam críticas e questionadores, entretanto, como parte da sociedade em que vivemos, também preserva preconceitos e discriminação presentes socialmente. Quando as crianças chegam à escola já aprenderam muitos valores femininos e masculinos; já sabem quais são os brinquedos de meninas ou de meninos e como deve ser o seu comportamento. Assim, as crianças acabam ocupando de maneira diferente os espaços da escola, sejam no pátio, ou na sala de aula. (2011, p.16)

Professores de educação infantil precisam ficar atentos a essas informações, pois não podem se eximir de auxiliar as crianças em suas condutas e, principalmente, no que tange ao respeito aos Direitos Humanos. Portanto, os professores precisam saber que determinadas atitudes suas podem reforçar o que as crianças já trazem como bagagem e de nada contribuir para o desenvolvimento sadio delas.

Questões claras desse reforço é a separação das filas de meninos e meninas como uma única forma de classificação. Exigir comportamento diferente para diferentes gêneros, por exemplo, ordenar que uma menina “se sente como uma moça”, ou que um menino “aja como um rapaz” são atitudes que reforçam o preconceito, o sexismo e o machismo. Desta forma o ambiente escolar acaba contribuindo para a desigualdade entre

meninas e meninos e, conseqüentemente, futuros mulheres e homens. Isso foge totalmente do papel de professor e em nada colabora para o desenvolvimento dessa criança no respeito as diferenças, pelo contrário, só reforça práticas sexistas no futuro.

As diretrizes nacionais da educação em direitos humanos sinaliza que:

A escola, ou qualquer ambiente de aprendizagem, é o espaço de convivência inicial do ser humano em formação, bem como uma atmosfera de convivência para os que buscam um objetivo em comum, que é a instrução. É muito importante que esse ambiente possa formar cidadãos inspirados no respeito ao próximo, na aceitação das diferenças. (BRASIL, 2013, p.44)

Todos os funcionários que integram a escola e, principalmente, os docentes, que estão diretamente em contato com as crianças, precisam ter conhecimento do que dizem as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. Essas diretrizes tem como objetivo orientar a comunidade escolar e todos que são responsáveis pela educação, atendendo aos objetivos de promover a inclusão e a prática da educação em direitos humanos em todos os níveis de ensino. Portanto, a educação infantil também é contemplada com informações e práticas que visam a igualdades de direitos. Mas será que professores de educação infantil sabem sobre essas diretrizes? Será que eles sabem que suas ações podem contrariar essas diretrizes?

## **OBJETIVOS**

De acordo com o que diz a diretriz “valorização das diferenças e das diversidades<sup>1</sup>” é que esse trabalho tem como objetivo investigar se as práticas educativas das professoras<sup>2</sup> do Centro de Educação Infantil-01 (CEI-01) do Paranoá/DF constroem e reforçam as diferenças socialmente colocadas no papel de cada sexo.

Como objetivos específicos, esse trabalho pretende verificar o conhecimento que as professoras tem acerca dessa temática e perceber também se através de informações apresentadas se houve uma mudança da prática em relação a esse comportamento.

---

<sup>1</sup> Esse princípio fala da existência da pluralidade de sujeitos, onde podem nascer os preconceitos e as discriminações. Esse norte aconselha como honrar as diferenças de cada um e assim construir um ambiente de valores igualitários (BRASIL, 2013, p.45)

<sup>2</sup> É usado o termo “professoras” porque todas os docentes que atuam com a educação infantil neste estabelecimento são mulheres.

## **JUSTIFICATIVAS**

A escola não pode reproduzir valores discriminatórios presentes na sociedade, portanto, as informações oferecidas para as crianças de educação infantil não podem constituir em práticas sexistas.

A infância é também uma construção social e para tanto não pode ser vista de forma separada de outras categorias como classe social, sexo e pertencimento étnico.

É sabido que os professores não estão imunes as influência exteriores. Temos marcas culturais de uma sociedade machista e sexista, porém, não cabe ao professor reproduzir o que acontece na sociedade. Ele precisa estar atento ao seu comportamento e não naturalizar suas ações como separação de filas, brinquedos de meninos e meninas, cor rosa e azul. É preciso reconhecer a diversidade e não fugir do assunto. Professores precisam enfrentar as contradições para, assim, colaborar com a formação crescente da aprendizagem e individualidade do seu aluno.

Pesquisas apontam que a escola ainda naturaliza as diferenças entre meninos e meninas, denunciam que a visão predominante do que é ser menino e menina em nossa sociedade se reflete, muitas vezes, na função social assumida pela escola e nas relações escolares. Ainda aos dias de hoje, na educação de meninos e meninas, os gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninas e meninos. Tornando-se parte de seus corpos, constituindo sua identidade. A escola imprime marcas distintivas sobre os sujeitos, através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes. (FINCO, 2008, p.1)

É importante que crianças tenham contato com diversos tipos de brincadeiras, independentemente de ser meninos ou meninas. O sexismo impede o crescimento dessas crianças de forma saudável, inibe suas iniciativas e suas aspirações. Necessário se faz verificar se as professoras que atuam no CEI-01 do Paranoá estão tendo consciência de suas ações e se elas apresentam noção das suas responsabilidades na construção desses cidadãos.

## **METODOLOGIA**

O Centro de Educação Infantil 01 do Paranoá (CEI-01) foi inaugurado em 1999 na Região Administrativa do Paranoá com o propósito de atender a educação infantil e a educação precoce. Atualmente, a escola possui um corpo discente de aproximadamente 500 alunos.

Esta instituição foi escolhida para aplicação deste projeto de intervenção porque trabalho nesta instituição como professora de Educação Física.

No Distrito Federal, a Educação Física não é contemplada na educação infantil, porém na educação precoce<sup>3</sup> existe a presença desse profissional. Como o contato é direto com a escola, sempre é possível verificar as formas de ação das professoras com as crianças, fora de sala de aula, aguçando assim, o interesse de investigar o conhecimento dessas profissionais em relação ao sexismo e direitos humanos.

O CEI-01 do Paranoá é composto por 20 turmas de ensino regular (10 de manhã e 10 de tarde), 2 turmas de ensino especial (uma de manhã e uma de tarde) que atende crianças com transtorno geral no desenvolvimento ou deficiências múltiplas, e educação precoce com seis turmas (3 de manhã e 3 de tarde).

A pesquisa foi realizada com base na concepção qualitativa por ter um caráter exploratório e com objetivo de analisar um fato. Tratando-se de um projeto de intervenção, foram feitas duas apresentações nas coordenações coletivas na sala dos professores contemplando os dois turnos. Apresentei os conceitos de gênero, sexo, sexismo, hierarquia de gêneros e os comportamentos esperados para meninos e meninas segundo uma construção histórico social.

Também questionei a razão das professoras adotarem a separação por sexo na formação das filas. Por que o sexo seria o único critério, a única classificação, a ser adotada para se deslocar dentro e fora da escola? Por que o sexo também é usado para determinar a privação de atividades/attitudes<sup>4</sup> para as crianças nesse processo de construção de suas identidades?

Também me utilizei de entrevistas semi-estruturadas para atingir o meu objetivo, por se tratar de uma forma mais espontânea de coletar informações. As entrevistas foram realizadas com algumas professoras do ensino regular para verificar se houve uma mudança na forma de pensar e agir em relação a esse tema e se as apresentações realizadas nas coordenações tinham sortido algum efeito no que se refere a condução das crianças na escola e a forma que as professoras se referiam a essas crianças no espaço escolar.

---

<sup>3</sup> A Educação Precoce é um programa que se caracteriza por atendimentos individualizados e em grupos, às crianças que apresentam algum risco no seus desenvolvimento. Os atendimentos são feitos por pedagogos e professores de Educação Física. A faixa etária de atendimento é de zero a quatro anos.

<sup>4</sup> Brinquedos de meninas e brinquedos de meninos; meninos sem camisa; frases do tipo: “damas primeiro”, comporte-se como um rapazinho.

Essa análise também foi feita através de observação direta na escola. Foi observado como as crianças se dirigiam aos espaços da escola (parque, brinquedoteca, refeitório) e como as professoras conduziam essas ações.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **I - A ESCOLA**

A escola, ao mesmo tempo em que é lugar de transmissão de conhecimentos científicos e técnicos que orientam, junto com a família, o comportamento social, é também um espaço que é fundamental na construção de novas práticas e atitudes. A escola é um local privilegiado para se trabalhar a diversidade da cultura humana e os valores éticos de respeito ao outro desde a Educação Infantil.

A escola, enquanto instituição social, produz discursos que expressam de maneira ambígua e contraditória, o que deve e o que não deve ser dito. Nesse contexto, a escola acaba instituindo quem deve dizer e quem deve silenciar. São reforçadas nesse espaço certas verdades e certezas sobre diferentes aspectos ligados às sensações, sentimentos e emoções que travamos em nossas relações cotidianas, demarcando manifestações de normalidade e de marginalização.

Algumas dessas manifestações estão relacionadas à sexualidade. A escola representa uma das instituições sociais que dá continuidade ao processo de identificação e de socialização do indivíduo, portanto, cabe a ela, promover o processo de conscientização, orientação das crianças e dos adolescentes.

Também não podemos esquecer que a escola tanto constitui o imaginário social como é constituída por ele, sendo assim, constitui um conjunto de relações que vão configurar subjetividades diversas.

A instituição escolar produz e reproduz de forma velada ou explícita as concepções dominantes de sexualidade e de gênero presentes na sociedade e, muitas vezes, segrega as pessoas que não se coadunam com a masculinidade hegemônica e com formas de feminilidade mais submissas.

Quando a instituição escolar classifica os sujeitos pela classe social, etnia e sexo (aponta os meninos como causadores dos problemas de comportamento; imagens impressas nas paredes das salas de aula com famílias bem sucedidas financeiramente, branca e heterossexual; manda um(a) menino(a) que apresenta trejeito do sexo oposto se



comportar de acordo com o seu sexo biológico), separa as crianças por menina e menino, ela contribui para a (re)produção e hierarquização das diferenças, e a escola ainda tem colaborado para tal situação.

Essa tradição deixa à margem aqueles que não estão em conformidade com a norma hegemônica e, desta forma, a escola desconsidera o que é socialmente difícil de lidar, como por exemplo: aceitar a diversidade sexual, cada vez mais exposto nos dias de hoje.

De acordo com o Clam (2009), exposto no texto sobre o ambiente escolar frente às discriminações, a instituição escola é:

parte da sociedade e por isso não poderia se isentar dos benefícios ou das mazelas produzidas por essa mesma sociedade. A escola é, portanto, influenciada pelos modos de pensar e de se relacionar da/na sociedade, ao mesmo tempo em que os influencia, contribuindo para sua transformação. (p. 31)

No que concerne à educação desenvolvida na escola, diálogo com Durkheim apud Novena, 2004, para quem a “educação tem justamente por objeto produzir o ser social” (p. 19). Larrosa apud Altmann, 2001, visualiza que as práticas pedagógicas constroem e medeiam à relação do sujeito consigo mesmo. Desta maneira, a educação constrói e transmite o que cada pessoa (professor, aluno, cozinheiro, faxineiro, etc.) tem de conhecimento de si e na relação com os outros enquanto “sujeitos”. Portanto, ela é um dos caminhos possíveis para que a discriminação em relação às diferenças seja eliminada da sociedade.

Quando a escola deixa de exercer o seu papel e passa a silenciar sobre os fatos de discriminação ocorridos, ela contribui para que a intolerância faça parte do “currículo” desses alunos. E é neste agir que muitos professores se silenciam frente à diversidade sexual dos alunos e até são coniventes com a violência que eles sofrem.

Esse silêncio pode ocorrer por total desinformação, levando o professor a ter sérias dificuldades em abordar estes temas na sala de aula, ou talvez seja por eles próprios não saberem lidar com a sua sexualidade, ou até mesmo por medo da reação dos(as) responsáveis das crianças diante da escola estar trabalhando tema tão melindroso que possa interferir negativamente junto aos seus filhos.

Segundo Santos (2008), em seu artigo sobre diversidade sexual na escola e a homofobia, os professores precisam ser melhor capacitados para lidarem com a diversidade em suas aulas e a autora nos diz que:

Dos direitos básicos garantidos pela Constituição, a educação é o mais acessível inclusive por aqueles socialmente marginalizados, o que torna o

ambiente escolar importante espaço de promoção da cidadania. A escola, como espaço primário de educação formal e para além do seu papel, que é o da ordem do conhecimento tem como desafio articular e executar as políticas públicas, discutir e repensar valores culturais e permitir a desconstrução de normas rigidamente estabelecidas. ( p. 2)

A escola não é neutra por conta disso, portanto, os professores que nela trabalham não podem assumir a postura de serem neutros. Eles precisam ser transformadores e terem a combinação da reflexão e da prática acadêmica a serviço da educação dos estudantes (desde a infância) para torná-los cidadãos reflexivos e ativos.

Segundo Giroux (1997), o professor tem responsabilidades na formação de seus alunos e reforça esta tese dizendo que:

É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. Isto significa que eles devem assumir um papel responsável na formação dos propósitos e condições de escolarização. (p. 161)

Nesse sentido o professor deve pensar nos estudantes como agentes críticos, problematizando o conhecimento socializado e argumentando em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas.

Para McLaren (1997), o compromisso educacional do professor implica em um processo transformador, isso fica claro quando em seu texto ressalta que:

O professor como intelectual transformador deve estar comprometido com o seguinte: ensino como prática emancipadora; criação de escolas como esferas públicas democráticas; restauração de uma comunidade de valores progressistas compartilhados; e fomentação de um discurso público comum ligado aos imperativos democráticos de igualdade e justiça social. (p. 18)

Não podemos esquecer que esse processo transformador também deve atingir esse professor na medida em que um educador com preconceito vai reproduzir atos preconceituosos na formação dos seus alunos. No contexto de um trabalho acerca da sexualidade, o não entendimento de diversas formas de sexualidade fará com que seus alunos também tenham dificuldade e não compreendam essa situação. Cria-se então uma porta de entrada para uma sociedade hipócrita e preconceituosa. Para Novena (2004):

Esses atributos acabam constituindo subjetividades marginais que colocam o indivíduo num lugar diferente de outros, num lugar subjugado, reduzindo-o a uma pessoa inferior, desacreditada, danificada ou deformada e doente. (p. 176)

Lembremos que os alunos, mesmo os que estão na Educação Infantil, que sofrem violências por não contemplarem um padrão estereotipado de homens e mulheres são os menos assistidos pela grande maioria de professores. Quando essas crianças não se “comportam” como socialmente deveriam ser, elas sofrem violências principalmente

verbais. As violências que eles sofrem nem sempre são de ordem física, mas sim, simbólicas<sup>5</sup>, que são tão danosas quanto às físicas e podem trazer terríveis consequências para a vida de quem as sofre. Torna-se necessário então que o professor tenha o olhar atento e um ouvido bem apurado para perceber esse tipo de violência em suas aulas ou até mesmo em outros espaços do colégio.

Possivelmente a postura e a atitude do professor que se proponha a dialogar sobre tais questões, orientando seus alunos para reconhecimentos da diversidade sexual e a garantia de direitos humanos auxilie seus alunos a não reproduzirem essas agressões. Cabe ressaltar que a maioria dos professores não recebe em sua formação conhecimentos suficientes para desenvolver discussões no domínio da sexualidade, o que dificulta sua disponibilidade em discutir sobre o assunto com seus alunos.

Há momentos que os professores não adotam uma postura de intervenção porque não conseguem identificar as atitudes preconceituosas entre os alunos que nem sempre são tão claras. Outro aspecto importante é que existem professores com atitudes preconceituosas sem considerá-las como tal. Um exemplo claro dessa prática é quando um professor faz comentários como: “- *comporte-se como homem; - para de viadagem*”. Comentários como esses expõem os alunos em situações vexatórias e desta forma as questões da sexualidade acabam sendo agravadas pela presença disseminada de preconceitos de ordem moral.

Outra situação que dificulta em muito a ação do professor no trabalho com a questão da sexualidade é o nível de relação de poder que se estabelece entre as diversas hierarquias na escola: direção, colegiado, administrativo. A relação das Secretarias com as escolas, sejam elas municipais; estaduais, distritais ou particulares também reflete na ação docente. Quando não há um respaldo superior para a ação do professor, a questão da sexualidade voltada para a inclusão pode ser mal interpretada por toda comunidade escolar, isso acaba gerando no professor um grande receio quanto às formas possíveis de intervenção nas escolas sobre esse tema.

No que se refere às possibilidades de intervenção do professor, McLaren (1997) ao retratar a obra de Giroux aponta que:

Para Giroux, a questão essencial é o desenvolvimento de uma linguagem através da qual os educadores e outros possam desvelar e compreender o relacionamento entre ensino escolar, as relações sociais mais amplas que o

---

<sup>5</sup> O sociólogo francês Pierre Bourdier define o conceito de violência simbólica como a incorporação pelos dominados, pelos excluídos e pelos discriminados do olhar que sobre eles constroem os dominantes, os que excluem, os que os discriminam.

informam, e as necessidades e competências historicamente construídas que os estudantes trazem para as escolas. Uma compreensão crítica deste relacionamento torna-se necessária para que os educadores reconheçam como a cultura escolar dominante está implicada nas práticas hegemônicas que muitas vezes silenciam os grupos subordinados de estudantes, bem como incapacitam e desautorizam aqueles que lhes ensinam. Tal compreensão pode também desenvolver a capacidade dos professores de trabalharem de maneira crítica com estudantes de classe dominantes e subordinadas de forma que estes estudantes possam vir a reconhecer como e por que a cultura dominante estimula igualmente sua cumplicidade e sua impotência. (p. 12-13)

O professor não pode desconsiderar que todo preconceito acaba de certa forma impedindo a autonomia do ser humano, ou seja, diminuiu sua liberdade relativa diante do ato de escolha. Por isso, quando um professor não age diante de uma atitude preconceituosa em sala de aula ou ele mesmo é detentor de preconceito, ele impede a formação dos alunos/sujeitos diante da pluralidade das identidades sexuais, pois não via discutir com seus alunos o tema impedindo seu exercício crítico frente a atitudes preconceituosas que podem levar a limites extremos.

Portanto, um professor crítico deve compreender o ensino como uma forma de política cultural, ou seja, um empreendimento pedagógico que trata com seriedade as relações de raça, classe, gênero e poder, transformando essas questões em alavancas de reflexão na quebra de atitudes preconceituosas e discriminatórias no convívio social.

## **II - GÊNERO NA EDUCAÇÃO**

Antes mesmo de nascer, uma criança já tem como destino as influências que sofrerá caso seja menino ou menina. Isso porque diante de exames que apontam o sexo da criança, a família já prepara todo enxoval, decoração do quarto, brinquedos para o lugar que essa criança ocupará.

À medida que essa criança vai crescendo, através das relações estabelecidas, ela vai aprendendo a diferenciar atitudes e gestos tipicamente masculinos ou femininos e fazendo suas escolhas de acordo com o que corresponde a cada gênero<sup>6</sup>. Com essa diferenciação cria-se a assimetria de gênero<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Segundo o Clam (2009), o conceito de gênero foi formulado nos anos de 1970 com profunda influência feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não da decorrência da anatomia de seus corpos.

<sup>7</sup> Desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero.

É perceptível que há diferenciação de ocupação dos espaços por homens e mulheres, meninos e meninas, isso se deve ao fato que a sociedade trata desigualmente os sujeitos. De acordo com as construções de gênero, vai se tornando “natural” os discursos da família, escola, mídias e demais instituições que vão atribuindo significados, símbolos e diferenças para homens e mulheres.

As crianças vão construindo suas identidades de acordo com as experiências vividas seja no aspecto físico ou social. Desta forma elas produzem formas de ser menino e menina mediante as relações na escola, família, rua, brincadeiras e pares.

De acordo com o PCNs de Orientação Sexual (1998):

A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança. (BRASIL, p.296)

A criança reproduz aquilo que é apresentado para ela, passa a fazer parte da sua cultura. Assim, elas mesmos apresentam o que é esperado, socialmente construído, para meninos e meninas. Este conhecimento das crianças poderão ser aprimorados e desmistificados quando elas estiverem na escola. Por essa razão é que os professores devem ser críticos e questionadores.

As orientações dos PCNs afirmam que os professores precisam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, só assim poderão reconhecer a legitimidade de seus valores como entender os comportamentos diferentes dos seus. A orientação também aponta para a necessidade de se valorizar a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente.

As relações sociais estabelecidas na instituição escolar, no seu dia a dia, são dinâmicas e carregadas de valores que circulam nas falas de todos que compõem seu universo. Desse modo, a importância de ouvir os discursos que circulam na escola é que vai revelar se as práticas utilizadas na instituição estão reproduzindo a estrutura de poder e dominação presente em nossa sociedade. (FREIRE, 2009, p.4)

Tais padrões de comportamentos construídos socialmente para homens e mulheres acabam exercendo certa influência na sexualidade das pessoas que conseqüentemente afeta também o convívio em sociedade. A sexualidade também é uma construção histórica e que não apresenta uma definição única. Para o Clam (2009):

A sexualidade não é uma questão de “instintos” dominados pela natureza ou apenas de impulsos, genes ou hormônios. Tampouco se resume as possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Ela é, sobretudo uma construção. A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturas específicas. (p. 114, 115)

A sexualidade acaba tendo uma relação direta com as questões de gêneros. Quando determinamos como devem ser os comportamentos femininos e masculinos, podemos limitar o jeito de ser das pessoas por temerem não estar de acordo com aquela norma estabelecida para aquele grupo.

Os professores deverão ter conhecimento sobre essas questões de sexualidade e relações de gênero para auxiliar melhor o desenvolvimento das crianças. Isso é apontado tanto nos Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil como nos PCNs.

Para CARVALHO *apud* SILVA, afirma que

as relações de gênero é “uma questão de educação”, pois desde a educação infantil as crianças são colocadas diante de brincadeiras excludentes e sexistas, devido aos estereótipos que o/a educador(a) traz consigo. (p.5)

Segundo o Clam (2009), os educadores e educadoras podem reforçar o preconceito e estereótipo de gênero se eles não tiverem uma atuação reflexiva sobre as classificações morais para os atributos masculinos e femininos e se não perceberem essas situações no ambiente escolar.

Essas relações de gênero devem ser trabalhadas desde muito cedo na educação infantil. Mas para isso é preciso ter profissionais que apresentem o conhecimento sobre o tema para não promover as diferenças como separando meninos e meninas em diversas situações. Ser atento as armadilhas que suas próprias atitudes podem colocar, já que podem favorecer um gênero em detrimento de outro. O/a professor(a) tem que deixar os preconceitos de lado e trabalhar para o desenvolvimento sadio das crianças.

### **III - EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação infantil é um direito de toda criança. Ela marca a entrada para começo da vida de estudante, na qual as crianças terão oportunidade de conviver com um grupo maior, diferente das características familiares. A educação infantil é primeira etapa da Educação Básica como está descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96). No artigo 29 e 31, diz:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante

acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (BRASIL, 1996, p.31)

Para esse desenvolvimento integral da criança, o professor deve ter conhecimento da criança que chega para ele como aluno. De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil no livro da Introdução:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (BRASIL, 2001, p.21)

Os Referenciais<sup>8</sup> objetivam:

[...] contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras [...] e assim possibilitar as crianças o exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p.7)

Os profissionais que trabalham com Educação Infantil devem ter uma boa formação e serem comprometidos com a qualidade da educação dada as crianças. Essa educação não pode ter um carácter assistencialista e visualizar as crianças como seres que precisam apenas de cuidados<sup>9</sup>.

Os valores morais dos professores não podem permear suas condutas em sala de aula gerando discriminações e preconceitos. A educação infantil deve considerar que as crianças são diferentes entre si, e desta forma a educação das crianças baseada em condições de aprendizagem que as respeitem como pessoas singulares.

Para trabalhar com Educação Infantil, o professor tem que ter um conhecimento abrangente que envolve, não somente trabalhar com os conteúdos de natureza diversos que são os cuidados básicos essenciais, mas também conhecimentos específicos de diversas áreas do conhecimento.

É preciso ter conhecimento como as crianças aprendem e como elas se desenvolvem, para diante de certas situações saber intervir de forma que elas possam avançar.

O professor deve considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidades de hábitos, costumes, valores, crenças,

---

<sup>8</sup> Esses referenciais serve para auxiliar os professores que trabalham com Educação Infantil, o Ministério da Educação lançou em 1998 os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

<sup>9</sup> A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. (BRASIL, 2001, p.24)

etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. (BRASIL, 2001, p.30)

Esse olhar atento do professor está de acordo com o que diz Vianna e Finco (2009):

A perspectiva sociocultural permite centramos nossos olhar nas formas de controle do corpo infantil, um processo social e culturalmente determinado, permeado por formas sutis, muitas vezes não percebidas. Poderíamos, então, dizer que as características tidas pela tradição como naturalmente masculinas ou femininas resultam de esforços diversos para distinguir corpos, comportamentos e habilidades de meninas e meninos. (p.268)

A escola de Educação Infantil deve ser o lugar onde as crianças possam interagir de várias maneiras, através de diversas atividades. Na escola, as crianças tem que se sentir à vontade para criar, imaginar, interagir com as diferenças e também, produzir identidades e respeito.

Esse é o papel da escola e dos educadores: produzir identidades. Este trabalho deve ser realizado de maneira eficiente e não preconceituosa. Para isso, os professores tem que serem críticos e reflexivos diante dos acontecimentos e não produzir mais desigualdades e educarem meninos e meninas de maneira diferente, formando quem sabe uma disseminação de preconceito entre as identidades de gênero.

É sabido que quando as diferenças (étnicas, raciais, culturais) são tratadas de forma discriminatórias ou são negadas, elas acabam sendo associadas a maiores desigualdades. Neste ponto, a educação oferecida as crianças de forma diferente referente ao fato de ser menino e menina, vai tornar o que esse homem e essa mulher será por toda sua vida principalmente no aspecto corporal. Toda experiência oferecida nos primeiros anos principalmente em relação as coisas, aos objetos, da realidade física, marca esse ser humano do que ele será no futuro.

A Educação Infantil não trata apenas de cuidar do corpo da criança, mas também educa-lo. E esse corpo acaba sendo marcado pelo olhar do adulto que se impõem as condutas sociais e também aos aspectos psicológicos. Desde criança, começamos a criar as marcas da nossa construção social.

É fato que na Educação Infantil acaba educando as crianças, definindo em seus corpos as diferenças de gêneros. Os comportamentos esperados para meninas e meninos, são reforçados, muitas vezes até inconscientemente, nas atitudes dos professores. Pedir sempre auxílio a uma aluna para arrumar a sala, ou elogiar as meninas pelo capricho nas tarefas, aos meninos carregar algo. O que é valorizado em um, é depreciado no outro e essa visão não é biológica mas sim uma construção social.



A diferença dessa conduta é verificada nos profissionais que atuam na Educação Infantil, nos brinquedos que são oferecidos para as meninas e para os meninos e isso vai determinando diferenças de vivências corporais das crianças. Os meninos acabam experimentando muito mais que as meninas e no futuro encontramos os homens com características de ousadia, arriscar e coragem e as mulheres com medo, submissas e sem tantas habilidades corporais.

Necessário se faz compreender que as atitudes que são marcadas no período de infância reflete na fase adulta, portanto os professores tem que questionar suas falas, ações e pensar que cidadão estamos formando.

#### **IV -EDUCAÇÃO INFANTIL E DIREITOS HUMANOS**

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica é nela também que se começa os primeiros passos no que se refere à Educação em Direitos Humanos. Embora seja assegurada por legislações que a Educação em Direitos Humanos deve ser contemplada na Educação Infantil, na prática pedagógica isso não é verificado.

A situação se agrava, não somente pelo fato de professores não pautarem suas aulas em conceitos dos direitos humanos, mas sim de ter condutas que vão de encontro aos princípios<sup>10</sup> desses direitos. Principalmente quando se trata do princípio do **reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades**, que:

Refere ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades. O princípio jurídico-liberal de igualdade de direitos do indivíduo deve ser complementado, então com os princípios dos direitos humanos da garantia da alteridade entre as pessoas, grupos e coletivos. Dessa forma, igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social. (BRASIL, 2012, p.9)

Portanto, professores de Educação Infantil devem desconfiar de tudo que é tomado como “natural”, porque, senão, tudo pode ser justificado como algo “natural”. Essas atitudes classificadas como “naturais” não são questionadas, são repetidas, sem nenhuma análise das futuras consequências.

Tais questionamentos sobre essa “naturalidade” nos é apresentado por Louro (2003):

Afinal, é “natural” que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar,

---

<sup>10</sup> Princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

então, que muitas vezes eles e elas se “misturem” para brincar ou trabalhar? [...] Como professoras de séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são “naturalmente” mais agitados e curiosos do que as meninas? E quando ocorre uma situação oposta à esperada, ou seja, quando encontramos meninos que se dedicam a atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos “preocupar”, pois isso é indicador de que esses/as alunos/as estão apresentando “desvios” de comportamentos? (p. 63, 64)

De acordo com FINCO (2008):

É importante que os/as docentes que trabalham na Educação Infantil tenham consciência do potencial que o ambiente coletivo de educação tem para possibilitar a convivência entre a diversidade e repense desse modo, suas práticas educativas. A discussão das questões de gênero na educação infantil se traduz na possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade e que favoreça, desde as primeiras relações, a constituição de pessoa sem práticas sexistas. Demandam a incorporação de práticas educativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização a meta de igualdade de gênero. (p.1)

É papel dos docentes não serem apenas reprodutores dos conhecimentos e visões de mundo, mas produtores de conhecimentos e de práticas sociais, que se envolvem nos processos subjetivos para docente e discente.

De acordo com Nascimento e Delmondez (2015), os docentes tem que ser preparados para os desafios da educação no que se refere a diversidade e ter consciência de uma reflexão sobre a própria prática, tanto no profissional, como na área pessoal.

A forma como o professor é formado e como ele pensa a respeito dos temas dos direitos humanos vai influenciar seu jeito diante das turmas. E assim, ele pode reproduzir atitudes discriminatórias. Cabe ao professor dar voz aos seus alunos para eles transformarem a visão de mundo.

Mas se o professor pensa de modo discriminatório, o que teremos em sala de aula será um processo inverso, ou seja, fruto de discriminação. Ainda mais nos anos iniciais, pois quanto mais novo é o estudante maior a discriminação que ele passa<sup>11</sup>.

O ser humano é fruto e expressão da cultura e é na troca entre os indivíduos que aprendemos e constituímos as identidades. Portanto, a diferença é fundamental para o reconhecimento do outro como indivíduo e para o próprio reconhecimento enquanto pessoa.

Segundo Pagni *apud* Nascimento e Delmondez (2015):

As colocações de Pagni (2010) sobre a diferença e a alteridade na práxis educativa a partir da experiência do cuidado de si permite, tecer elaborações sobre a postura do/a professor/a – aquele que na sua prática pedagógica imprime na relação com seus/suas alunos/as o cuidado com o outro. No

---

<sup>11</sup> Esse processo é chamado **Etarismo**, que é a discriminação em função da idade. As crianças estão sempre sendo tutelada pelos adultos que gera um impacto drástico na avaliação da autonomia das crianças. Ou transformam essas crianças em adultos mirins ou não lidam oportunidade de se expressarem como criança.

entanto, esta relação pressupõe anteriormente um cuidado ético de si mesmo: “afinal, não é pelo fato de aprender a cuidar dos outros que esses sujeito estabeleceriam as suas ligações com a ética, mas é justamente porque ele cuida de si que lhe é anterior ontologicamente. (p.7)

Uma formação no cuidado em si e no outro propõe que o sujeito vá se transformando nas relações com ele e com os outros. Para Foucault (2006) *apud* Nascimento e Delmondez (2015):

enfaticamente que o cuidado de si finaliza-se no cuidado com o outro. E, nessa ligação entre o “si” e o “outro”, encontra-se a armadilha da verdade. Ter a verdade sobre as experiências humanas como fixas, imutáveis, normatizadoras incontornável cristaliza a possibilidade de ascensão, e engessa a política – entendida como essa capacidade de agir entre humanos, sempre em construção, nunca prontos. Se adotamos a postura da estética da existência e temos a verdade como um balizador móvel, sempre em transformação, não precisamos ter imagens fechadas do que seja o gênero, a raça, a religiosidade, a orientação sexual, a compleição corporal etc. Poderemos operar sobre nossas próprias vidas entre imagens, na busca de novas construções de si e de novas relações com as outras pessoas que não sejam marcadas pela violência dos processos de dominação. Um/a professor/a que se coloque na tarefa de construir seu ser docente como produto de uma arte sobre si, abre-se ao diferente, não para absorvê-lo, mas para estabelecer com este novas relações. Relações vividas, plurais... (p.9, 10)

Assim, no estabelecimento de novas relações com vista a diversidade, o professor precisa sempre avaliar a sua conduta e perceber que reprodução de atitude sem análise pode causar grandes danos no futuro. O professor tem responsabilidade sobre os resultados.

As mulheres são vítimas preferenciais da violência. Para entender o porquê desse problema passamos pela teoria de gênero que nas diversas elaborações tenta mostrar que as representações sociais dos papéis sexuais ocupam lugares diferentes na sociedade. Em algum momento da história criou-se a ideia que homens e mulheres não seriam apenas diferentes na reprodução da espécie, mas ocupariam papéis sociais diferentes. E assim determinou que a mulher seria inferior aos homens e por isso poderia ser dominada por ele.

Desta maneira, o gênero aparece como uma categoria que permite explicar os motivos pelos quais as mulheres são alvos privilegiados da violência, mostrando que as interpretações sociais dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres não são apenas contingentes, mas também modificáveis uma vez tenhamos interesse nessa transformação. Os estudos sobre gênero mostram que há uma falsa associação do corpo da mulher à uma inferioridade social, como se não fosse um processo histórico cultural, e sim natural. A naturalização dos papéis de gênero é uma das grandes entraves e dificultador para a modificação das relações entre homens e mulheres, em nossas sociedades. (NASCIMENTO E DELMONDEZ, 2015, p.4, 5)

O machismo, tão presente em nossa sociedade, aponta para inferioridade das mulheres e justifica, portanto, que é possível oprimi-la, violentá-la. O combate a essa

forma de pensamento não é só das mulheres, mas de todos aqueles que acreditam na importância de valorizar as diferenças como forma de diminuir as desigualdades.

Por esta razão que não pode ser tão simples “naturalizar” as formações de filas separando meninos e meninas e reproduzindo o sexismo existente na nossa sociedade. Pois assim, estamos mantendo e aceitando as formas de violência que aí estão sem questionar a nossa participação nessa situação.

Necessário se faz entender que todas essas formas de discriminação (misoginia, racismo, etarismo) estão diretamente vinculadas com a questão do corpo, ou seja, o controle dele.

O corpo é assim, uma instância privilegiada de politização dos indivíduos, uma vez que ao manipular as necessidades que se relacionam com os corpos, os polos das relações de poder determinam que lugar social ocupam as pessoas e que vulnerabilidades estarão a elas associadas. (NASCIMENTO E DELMONDEZ, 2015, p.13)

Mais uma vez, quando professores reproduzem formas de comportamentos das crianças como o que é colocado pela sociedade, ele está mantendo o controle do corpo como forma de domínio/poder.

A escola é, sem dúvida, uma das instituições mais importantes de nossa sociedade. No espaço escolar, construímos, aprendemos, recriamos e transmitimos valores, práticas e marcas culturais. Embora em outros espaços sociais a construção de sujeitos também aconteça, é também neste espaço que aprendemos a ser o que somos. É o mesmo espaço escolar um dos lugares onde aprendemos modos de lidar com o mundo, com as outras pessoas, conosco mesmas/os. Estes aspectos tornam a escola como um local privilegiado de formação e normalmente tendemos a pensar a educação em termos de educação escolar devido a importância desta instituição para a tarefa de educar. (NASCIMENTO E DELMONDEZ, 2015, p.14, 15)

É mostrado que a escola é o lugar que mais se reproduz o negativo, que mais viola direitos. Nega se a identidade para não sofrer violências. A escola tem a função de orientar, conscientizar e agir sobre a formação de cidadãos e cidadãs.

A formação docente para entender o fenômeno do sexismo, desnaturalizando as imagens do masculino e do feminino, entendendo a constituição social dos papéis de gênero e das orientações sexuais, assim como um trabalho de capacitação inicial e continuada é uma exigência de praticamente todos os documentos legais que se ocupam da temática dos direitos humanos ligados com a diversidade de gênero e de orientação sexual, buscando a equidade dos gêneros e o reconhecimento de que a diversidade de orientações afetivo-sexuais não constitui um problema em si, mas apenas quando relacionado com a norma violenta que institui um padrão de comportamento e sentimento para a sociedade. (NASCIMENTO E DELMONDEZ, 2015, p. 18)

Professores devem aprimorar seus conhecimentos e debater questões como violência de gênero. Não deve colocar seus valores acima do seu trabalho e fazer com que seus alunos sejam críticos e transformadores, isso em todas as etapas da educação.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Foram feitas duas apresentações nas coordenações coletivas a respeito do tema de direitos humanos no que se refere a diversidade e diferenças como forma de mostrar conceitos e reflexões de certas atitudes por parte das professoras. Após um mês e meio, foram feitas algumas entrevistas afim de verificar se houve ou não modificações em suas condutas e na forma de pensar a relação de direitos humanos com a Educação Infantil.

Foram feitas 12 entrevistas num total de 23 professoras que atuam diretamente com Educação Infantil. Essas entrevistas foram apenas com as professoras que atuam no ensino regular. Todas as entrevistadas possuem ensino superior em pedagogia e atuam a pelo menos um ano na Educação Infantil. Oito pertencem ao quadro de efetivas do GDF e quatro são contratos temporários. Não foi feito o levantamento da faixa etária das professoras.

Em se tratando de uma entrevista semi-estruturada, a primeira pergunta era igual para todas as professoras, se a apresentação realizada na coordenação coletiva tinha modificado a forma de pensar a diversidade na educação infantil. A partir das respostas dadas, outras perguntas iam sendo feitas de acordo com o transcorrer das entrevistas.

Da primeira pergunta, dez professoras responderam que sim, que houve uma modificação na forma de pensar diversidade na Educação Infantil, duas disseram que não modificaram a forma de ver esse tema porque já sabiam do que se tratava mas mesmo assim foi interessante a apresentação como forma de recordar algumas posições e não cair na tentação de realizar as ações sem reflexão.

Interessante foi saber que das dez que responderam sim, duas nem sabiam que direitos humanos poderiam ser trabalhado com crianças tão pequenas e que não compreendiam que as brincadeiras de meninos e meninas, cor rosa e azul, separação de filas poderia ser considerado questões de direitos humanos.

Uma professora argumentou que não sabia que ao falar frases do tipo “damas primeiro” estaria tendo uma conduta sexista. Ela acreditava que estaria valorizando o sexo feminino. Afinal, não deixa de ser uma valorização mas atitudes como essa reforçam a separação dos meninos e meninas e também faz pensar que sempre os meninos tem que deixar as meninas passarem primeiro porque estariam protegendo as mesmas. Essas condutas por parte dos profissionais da educação sem uma reflexão demonstram uma mulher frágil que precisa de uma proteção dos homens.

Essa ideia de “inferioridade” feminina foi e é socialmente construída pelos próprios homens e pelas mulheres ao longo da história.

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, os educadores precisam ter consciência de sua importância na formação de cidadãos para poder passar para os seus alunos que eles também são agentes dos direitos humanos.

A educação, quando aplicada em prol da sociedade, é fator de desenvolvimento, criatividade e inovação, capaz de modificar e transformar vidas, descortinar situações novas de cidadania, contribuir para o progresso de “mudança de vida”, tornando o ser humano mais responsável e solidário com suas ações e atos cotidianos. (BRASIL, 2013, p.44)

Outra questão que intermeou as entrevistas foi o fato de usar filas separando meninas e meninos como única forma e classificação para o deslocamento das crianças dentro do espaço escolar. Foi unânime a resposta que era tão comum que nem paravam para pensar no que estavam fazendo. Quatro professoras disseram que não viam nenhum problema nesta forma de composição e oito apontaram como era bom estar sendo questionadas sobre essa postura, porque isso fluía naturalmente. Acontece que há problemas sim nessa ação, pois além de não diversificar com outras formas de classificação para as crianças, mantém a separação por sexo e reproduzindo a diferença sexista existente na sociedade. Um outro ponto é que não andamos em filas e muito menos separadas por homens e mulheres.

Quando solicitamos aos alunos para formarem a fila, queremos sempre o binário (homem/mulher, menino/menina, aluno/aluna), como se esse fosse o padrão do mundo lá fora. Isso leva-nos a pensar que existe diferença na forma da escola direcionar uma atividade entre seus alunos e alunas em relação à sexualidade e ao gênero. (CÁCERES, 2011, p.25)

Um fato que a primeira vista parece inocente: separar meninos e meninas nas filas gera marcas nos corpos das crianças que são reproduzidas mais adiante em suas atitudes, suas brincadeiras. Essa atitude acaba gerando conclusões como as apontadas por três professoras na entrevistas que afirmaram que os meninos são mais agitados e bagunceiros que as meninas e quando colocados juntos eles acabam comprometendo o comportamento delas.

Os significados de gênero vão sendo impressos nos corpos de meninos e meninas de acordo com as expectativas colocadas diariamente para as crianças, na forma como as professoras organizam as filas. Os corpos de meninas e meninos passam, desde muito pequenos, por um processo de feminilização e masculinização, responsável por torna-los “mocinhas” ou “moleques”. Esse minucioso processo se repete, até que a violência e a agressividade da menina desapareçam, até que ela comece a se comportar como uma “verdadeira” menina, delicada, organizada e quieta, reprimindo sua agressividade e ressaltando sua meiguice e obediência. (FINCO, 2008, p. 4)

Mesmo falando que não tinha muita consciência do fato de forma filas separando meninos e meninas, as mesmas quatro professoras falaram que não viam problema dessa forma de classificação. Elas também apontaram que ficava impossível se deslocar pela escola sem a formação de filas e que as crianças precisavam de uma rotina e certa ordem, que elas não são capazes de andar de forma organizada por um espaço amplo.

O CEI-01 nem é tão amplo assim, e mesmo se fosse, as crianças de 4 e 5 anos já apresentam noção espacial. Com certeza as crianças dariam conta de se deslocar pela escola sem necessariamente usar a filas. Não pode ser papel da escola apontar onde e como as crianças devem estar, qual o lugar de meninos e meninas.

Segundo Foucault (1987) apud FINCO (2008):

Na disciplina os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A disciplina, arte de dispor em fila, individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e só faz circular numa rede de relações. As disciplinas, organizando os lugares e as fileiras criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturas, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e não permitem a circulação, marcam lugares e indicam valores, garantem a obediência dos indivíduos e uma melhor economia do tempo e dos gestos. (p. 4)

É possível perceber que a divisão exercida pela maioria das professoras não é de forma intencional, mas sim um reflexo daquilo que foi construído historicamente e que vai sendo reproduzido como algo “natural”. São nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia que percebemos essa inconsciência das profissionais.

Um outro ponto questionado foi se na hora nas brincadeiras ocorria a diferenciação de brinquedos para meninos e brinquedos para as meninas. Todas as professoras disseram que não, que as crianças pegavam os brinquedos conforme os gostos mas que sempre os meninos pegavam os carrinhos e os bonecos de super-heróis e as meninas as bonecas, maquiagem.

Foi perguntado se elas conversavam com as crianças sobre essas escolhas dos brinquedos, se elas sugeriam um outro brinquedo. Três professoras disseram que sim, que apresentavam outras oportunidades e que na maioria das vezes eles aceitavam. Seis disseram que não se atentavam ao fato mas que depois de ouvir a apresentação na coletiva e as discussões na sala dos professores, passaram a perceber essa situação e a dialogar mais com as crianças. E três professoras disseram que não questionavam as crianças pelos brinquedos escolhidos.

Das professoras que manifestaram uma conversa com as crianças e uma apreciação por outros brinquedos, foi perguntado se ocorria uma discriminação,

preconceito ou desigualdade de gênero entre as crianças, três disseram que não, quatro disseram que as vezes ocorria sim um comentário e duas apontaram que sempre tem uma discriminação entre as crianças.

As professoras apontaram que os comentários preconceituosos, até mesmo apresentados em forma de dúvidas, vêm da parte das famílias das crianças. Elas certificaram que as crianças já ouviram alguma coisa em casas e até mesmo os pais ou responsáveis falam para as crianças o que é ser um menino ou uma menina. Quando essas crianças chegam em sala de aula e observam algo diferente do que elas aprenderam, isso cria uma certa dúvida, ou, até mesmo, uma curiosidade por parte das crianças, que acabam reproduzindo o que foi ouvido no seio familiar.

Porém, todas as professoras falaram que quando isso acontecia, elas interviam, tentando explicar para as crianças que todos os brinquedos são para meninos e meninas, ou que aquele comentário não deveria ser falado em sala de aula, que todo mundo era igual.

Uma situação observada por uma professora foi que entre os meninos acontecia uma discriminação mais de cunho sexual, principalmente quando um garoto brinca com boneca. Comentários como: “-olha tia, fulano tá brincando de boneca!”. No caso das meninas, tem a ver com a questão estética, da aparência.

Mesmo assim, as atitudes de meninos e meninas estão sempre sendo vigiadas de todas as formas para garantir principalmente a heteronormatividade. Quando uma criança começa a “fugir” daquilo que é esperado para ela, do que foi convencionado próprio de meninos e vice-versa, começa-se a acionar nos adultos um alarme, que cria um mecanismo de vigilância em cima da criança. Adota-se um pensamento de que aquele comportamento pertence a outra categoria e, portanto, cabe ao adulto a função de reconduzi-la ao seu lugar “correto”.

E as vezes cabe ao/a professor/a essa função, quando recheado de “valores” de construções sociais repetem que esse não é um comportamento para um menino ou para uma menina; “uma moça não pode falar palavrão”; “pare de chorar menino, homem não chora”.

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia. (FINCO, 2003 apud FINCO, VIANNA, 2009, p.272)

Através de observações ocorridas ao longo desse tempo na escola, pude verificar que embora as respostas tenham apresentado que houve uma modificação na forma de



ver e pensar essas questões de diversidade e desigualdades de gênero na educação infantil, na prática, isso não se refletiu. As professoras que foram entrevistadas continuavam se deslocando pelo espaço escolar usando as filas separadas por sexo como forma de classificação. As vezes se via uma fila só, com as meninas na frente e os meninos atrás. Três continuavam deixando as meninas entrarem primeiro nos ambientes e cinco ainda colocavam os meninos carregando as caixas com os brinquedos para o parque ou recreação. Também foi verificado da parte de três professoras que sempre que elas precisavam de auxílio para organizar algo, essa solicitação era feita as meninas.

Mesmo não sendo a proposta de observar as professoras em sala de aula, verifiquei no espaço físico, paredes com a diferenciação de meninos e meninas. Também observando as coordenações, os materiais escolhidos para aula, as lembranças, sempre acabam tendo um ponto que diferencia as crianças no sexo.

No dia-a-dia, é comum a segregação entre os sexos na formação de filas, nas tarefas e esportes, reforçando a diferença entre alunos e alunas e aumentando a competição sexista. Uma consequência negativa é a transformação de qualidades em defeitos quando se referem às meninas, como a tranquilidade e a organização, enquanto os meninos são vistos como naturalmente barulhentos e criativos. A dinâmica da sala de aula, com meninas bem comportadas e meninos agitados, é considerada normal pela professora ou professor.” (SOUZA e CARVALHO apud SILVA, PESSOA, BARROS, p.9)

Foi verificado que as professoras não tinham um conhecimento aprofundado a respeito do tema diversidade na educação infantil. Suas informações sobre sexualidade, gênero, violências de gênero estavam muito mais no campo do senso comum que nos conceitos reais sobre a temática.

Isso de certa forma compromete a educação oferecida as crianças. Não se pode exigir dos pais/responsáveis das crianças as informações corretas acerca dessa temática.

Não se pode admitir que professores coloquem seus valores morais acima da educação potencializando uma futura geração de desigualdades e preconceitos. Todo professor deve ter conhecimento sobre diversidade, sexualidade e relações de gênero para não educar as crianças de acordo com sua visão moralista e preconceituosa. Sua postura em sala de aula diante desse tema é de grande valia para o desenvolvimento das crianças. Não se pode fugir as curiosidades dos pequenos e nem trata-los como se não tivessem capacidade para entender essas questões. A naturalidade do tema projeta adultos compromissados com o respeito a diversidade e igualdade de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando de um projeto de intervenção que tinha como objetivo investigar se as professoras do CEI-01 do Paranoá constroem e reforçam as diferenças do papel de cada sexo, verifica-se que as professoras até refletiram sobre suas condutas, porém, não colocaram em prática suas análises.

Ficou bem claro que, mesmo diante das explicações sobre diversidades e valorização das diferenças, as professoras até chegaram a apontar a importância deste conhecimento, no entanto, o que se pode verificar é a manutenção da mesma conduta de antes. Manteve-se a separação das crianças por sexo e a reprodução de atitudes e falas socialmente construídas. Neste sentido, o projeto de intervenção não apresentou grande êxito nas ações das professoras.

Não era objetivo do projeto uma mudança radical na escola mas que pelo menos algumas professoras mudassem de atitude em relação a reprodução do comportamento social existente para as crianças. Isso aponta que as professoras de educação infantil do CEI-01 não têm conhecimento a respeito do tema ou não querem modificar a forma de trabalhar, já que as crianças acabam se acostumando com o jeito que a professora emprega na turma.

Na ideia de Louro, Felipe e Goellner (2003, p.39) apud Cáceres (2011):

O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos, continuam ensinando mesmo que “discretamente”, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas. (p.25)

Importante lembrar que a educação infantil é primeiro degrau a ser subido na educação básica, faz parte do começo da construção dessa criança no ser humano que ela será no futuro.

Professores/as têm enorme responsabilidade nesse processo. Trabalhar essas questões muitas vezes é quebrar paradigmas internos, pois nos deparamos com situações que envolvem a nossa própria identidade. Mas sendo educadores, não podemos fugir das nossas responsabilidades de conduzir essas crianças para o caminho do respeito as diferenças.

É papel do professor estar atento à certas condutas no hoje para não perpetuar crenças e valores contrários ao respeito pela diversidade. Isso é compromisso com a educação.

Torna-se necessário que essa temática seja apresentada e discutida no começo e ao longo do ano letivo, para que desde cedo os professores/as possam se questionar e mudar seus hábitos com os alunos.

Desde muito cedo, as crianças precisam entender que as diferenças existentes entre as pessoas não pode ser transformadas em desigualdades, que a riqueza está justamente na diversidade. E é isso que esperamos que seja o papel do verdadeiro professor de educação infantil.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 9, nº. 2, 2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf) . Acesso em: 19 de agosto de 2015.

BRASIL, Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. *Caderno de Educação em Direitos Humanos*, Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno, Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil., v. 2, Brasília, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> Acesso em: 29 de setembro de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 18 de agosto de 2015.

CÁCERES, Gladimar Mariano. Educação, sexualidade e gênero na educação infantil: uma articulação possível e necessária. *Diálogos Educacionais*, Campo Grande, v. 2, n. 2, p. 15-31, novembro, 2011.

CLAM, Gênero e Diversidade na Escola – Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro, 2009.

FINCO, Daniela. Socialização de Gênero na Educação Infantil. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, agosto, 2008.

FINCO, Daniela e VIANNA, Cláudia. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, São Paulo, nº: 33, julho-dezembro, 2009.

FREIRE, Maria Angélica Menezes. As relações de gênero entre as crianças na educação infantil. UFES, 2009.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais, rumo a uma pedagogia crítica de aprendizagem*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.

LIONÇO, Tatiana, IMPERATORI, Thaís., DINIZ, Debora., SANTOS, Wederson. Significando a diversidade sexual: uma análise dos dicionários em uso nas escolas públicas. *Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, W. F.; DELMONDEZ, P. *Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade*. Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, Brasília, 2015.

NOVENA, N.P. *A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio*. Tese de Doutorado. Universidade de Pernambuco, Recife, 2004.

SANTOS, Claudiene., RAMOS, Maria Eveline Cascardo, TIMM, Flávia Bascuñan., CABRAL, Daniela Gontijo, LOBO, Tainah Dourado de Miranda. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. *Fazendo Gênero8 – corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2008.